

Estruturando Micropolíticas Universitárias com Um Framework de Políticas de Gênero em Universidades

Gabriela Barbalho Batista¹ , Melissa Maria Souza de Carvalho² ,
Karen da Silva Figueiredo Medeiros Ribeiro² 

¹ Faculdade de Engenharia – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Várzea Grande – MT – Brasil

² Instituto de Computação – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Cuiabá – MT – Brasil

{gabriela.batista, melissa.carvalho}@sou.ufmt.br, karen@ic.ufmt.br

Abstract. *Digital transformation in the public sector requires data-oriented structures for organizing and analyzing institutional information. In this context, gender micro-policies in universities constitute relevant instruments for promoting equity in STEM. This paper presents the application of a conceptual framework to the structuring and analysis of university gender micro-policies in a Brazilian public university, where 15 micro-policies were identified and modeled through a graph-oriented data model. The results highlight the framework's potential to support the structured organization of institutional policies and to subsidize data-driven governance processes.*

Resumo. *A transformação digital no setor público demanda estruturas orientadas a dados para organização e análise de informações institucionais. Nesse contexto, micropolíticas de gênero em universidades constituem instrumentos relevantes para promoção da equidade em STEM. Este artigo apresenta a aplicação de um framework conceitual na estruturação e análise de micropolíticas universitárias de gênero em uma universidade pública brasileira, na qual 15 micropolíticas foram identificadas e modeladas por meio de um modelo de dados orientado a grafos. Os resultados evidenciam o potencial do framework para apoiar a organização estruturada de políticas institucionais e subsidiar processos de governança orientada por dados.*

1. Introdução

A transformação digital no setor público tem ampliado o papel da Computação no suporte à gestão, à transparência e à tomada de decisão baseada em dados. No âmbito das instituições de ensino superior (IES), esse movimento envolve não apenas a digitalização de serviços, mas também a organização, integração e sistematização de informações institucionais relevantes à gestão pública [Latupeirissa *et al.* 2024]. Apesar desses avanços, persistem desafios relacionados à governança, interoperabilidade e análise de informações institucionais no nível organizacional no Brasil [OECD 2025].

Nesse cenário, políticas públicas e institucionais assumem papel estratégico na promoção de processos de governança orientados por dados. Entre elas, destacam-se as políticas de gênero, compreendidas como instrumentos estruturados voltados à redução de desigualdades e à promoção da equidade social, econômica e política [Álvarez *et al.*

2025]. Essas políticas incorporam a questão de gênero em sua formulação e implementação, buscando ampliar direitos, combater desigualdades históricas e promover inclusão e autonomia [Moreira *et al.* 2018; Nascimento 2016]. No contexto brasileiro, exemplos recentes incluem a Lei da Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023), o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Decreto nº 11.640/2023) e iniciativas voltadas especificamente às áreas STEM (do inglês, Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), como a Lei nº 15.124/2025 e outros programas de incentivo à participação feminina em Ciência e Tecnologia.

Apesar desses avanços normativos e institucionais, a presença feminina nas áreas de Computação e STEM no Brasil ainda é marcada por desigualdades estruturais relacionadas ao acesso, à permanência e à liderança. Estudos recentes apontam que essas desigualdades estão associadas a fatores como vieses de gênero, culturas organizacionais excludentes e ausência de suporte institucional contínuo [Rapkiewicz *et al.* 2025; Silva e Gonçalves 2025; Chang 2026; Perez-Felkner *et al.* 2025]. Além da sub-representação, persistem desafios relacionados ao senso de pertencimento, à progressão na carreira e ao reconhecimento profissional, que se iniciam na formação universitária e se estendem ao mercado de trabalho [Oliveira *et al.* 2024].

Diante desse cenário, as universidades assumem papel estratégico na promoção da equidade de gênero em STEM, especialmente por meio da formulação e implementação de políticas institucionais voltadas ao apoio à permanência, ao pertencimento e à valorização profissional das mulheres [Bruzzese *et al.* 2025]. Essas iniciativas frequentemente se materializam em micropolíticas universitárias, entendidas como práticas, instrumentos e dinâmicas organizacionais que operam no cotidiano acadêmico e traduzem normas institucionais em ações concretas [Pereira 2025].

Sob a perspectiva de gênero, a análise micropolítica evidencia que o ambiente universitário não é neutro, sendo permeado por relações sociais historicamente estruturadas por desigualdades de gênero, desde o início da educação básica [Louro 1997]. Essas desigualdades manifestam-se, por exemplo, na divisão sexual do trabalho acadêmico e nas barreiras invisíveis à progressão e liderança feminina [Hirata e Kergoat 2007]. Nesse sentido, as micropolíticas de gênero atuam como mecanismos institucionais de resistência e transformação, buscando mitigar assimetrias relacionadas ao acesso, à permanência e à liderança de mulheres nas universidades.

Ao mesmo tempo, sob a perspectiva do governo digital, universidades também atuam como produtoras e gestoras de dados institucionais, tornando as micropolíticas elementos relevantes para processos de governança orientada por dados. Entretanto, a ausência de modelos conceituais padronizados para representação dessas políticas dificulta sua organização, interoperabilidade e integração em sistemas de informação, limitando a transparência institucional e o uso estratégico dessas informações na tomada de decisão. Estudos em governo digital indicam que a governança de dados depende da integração entre dimensões técnicas, organizacionais e políticas, sendo fundamental para transparência, eficiência e *accountability* [Osakwe 2025; Almeida *et al.* 2022].

Na Computação aplicada ao setor público, *frameworks* conceituais e estruturas de governança digital têm sido amplamente utilizados para organizar domínios complexos, apoiar serviços digitais e estruturar processos de análise e tomada de decisão [Latupeirissa *et al.* 2024]. Essas abordagens favorecem a integração de

informações, a interoperabilidade entre sistemas e a governança de dados, aspectos centrais ao governo digital e aos dados abertos. Contudo, ainda há uma lacuna relacionada à representação estruturada de micropolíticas institucionais de gênero no ambiente universitário, especialmente sob uma perspectiva orientada a dados.

Diante disso, este artigo propõe a aplicação do *framework* conceitual de Carvalho *et al.* (2026) para estruturação de micropolíticas de gênero em universidades brasileiras na elaboração de um modelo de dados voltado à organização e análise dessas micropolíticas. Para demonstrar sua aplicabilidade, foi realizado um estudo de caso em uma universidade pública brasileira, no qual foram identificadas e representadas 15 micropolíticas de gênero de acordo com o modelo proposto, respondendo a questões de pesquisa sobre as micropolíticas de gênero da IES selecionada. Os resultados evidenciam o potencial do *framework* conceitual de Carvalho *et al.* (2026) e do modelo de dados para apoiar a construção de soluções de dados estruturadas e ferramentas de análise automatizadas, ampliar a transparência institucional e subsidiar sistemas de apoio à decisão no contexto do governo digital.

2. Metodologia

Um *framework* conceitual é uma estrutura teórica, visual ou narrativa que organiza ideias, crenças e teorias para fundamentar uma pesquisa ou projeto [Sale e Carlin 2025]. Ele funciona como um mapa para definir relações entre variáveis, facilitando a compreensão de temas complexos e direcionando a tomada de decisão [Kulesa *et al.* 2024].

O *framework* conceitual de Carvalho *et al.* (2026) para estruturação de micropolíticas de gênero em universidades brasileiras, apresentado na Figura 1, tem como objetivo estruturar, de forma sistemática, micropolíticas de gênero no contexto das universidades brasileiras, apoiando sua identificação, organização e análise. O *framework* de Carvalho *et al.* (2026) representa: (i) o contexto institucional universitário de publicação, (ii) a micropolítica documentada, (iii) suas dimensões de impacto de gênero e (iv) as agentes beneficiadas. Por exemplo, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (i), a RESOLUÇÃO N° 41/2022 - CD que aprova a política de prevenção e enfrentamento das violências contra as mulheres no âmbito da Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Fuern e da UERN (ii), impacta a dimensão de Permanência na IES (iii) de todas as mulheres que integram a comunidade acadêmica e administrativa da universidade (iv).

Além disso, o *framework* também representa (v) o instrumento da política mediando a relação entre a micropolítica e a dimensão de gênero impactada, e (vi) o eixo universitário, (vii) as interseccionalidades e (viii) os fatores de influência contextuais proximais como moderadores desta relação. Considerando o exemplo anterior, a política de prevenção aparece como instrumento (v) da micropolítica que é aplicada no eixo administrativo (vi), sem recorte interseccional previsto (vii). Essas condições somam-se a diversos fatores contextuais proximais que influenciam a relação entre a micropolítica e a dimensão de gênero. Por exemplo, a experiência prévia de uma estudante que tenha sofrido violência de gênero, dentro ou fora do contexto universitário (viii), pode moderar o quanto a micropolítica proposta vai impactar sua permanência.

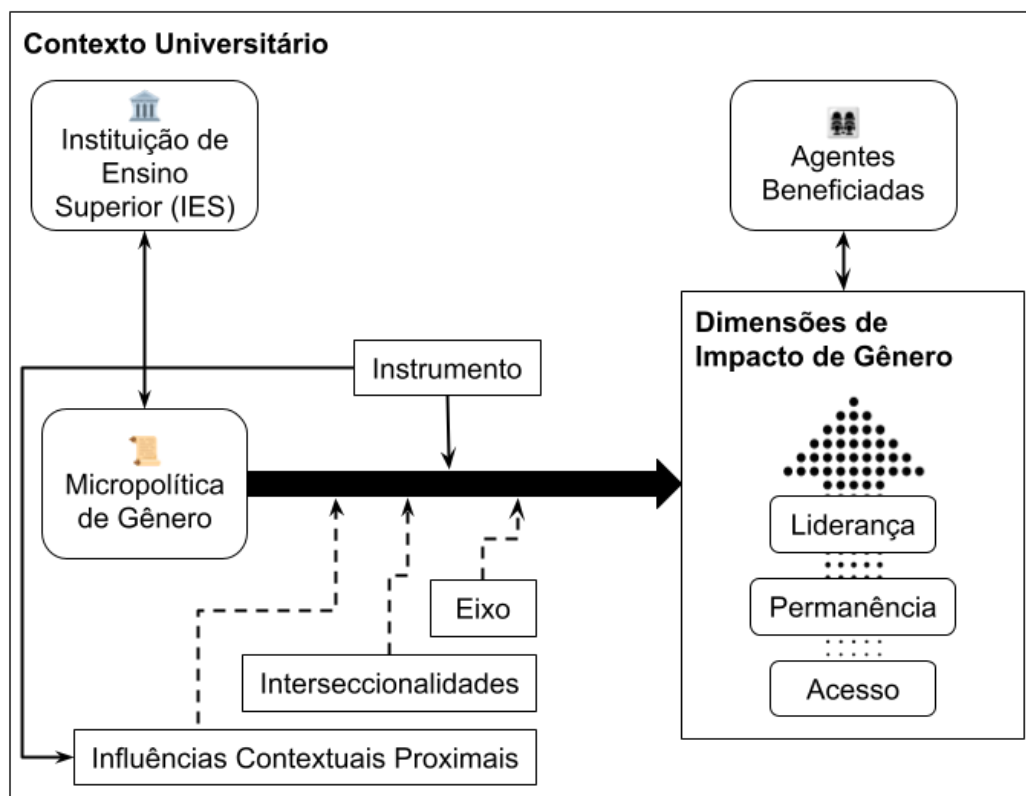


Figura 1. Framework conceitual de micropolíticas universitárias de gênero de Carvalho et al. (2026).

Considerando o exposto, este trabalho propõe a aplicação deste *framework* em um estudo de caso em uma universidade pública brasileira, a fim de identificar, modelar e analisar as micropolíticas universitárias de gênero dessa universidade. Para isso, foi selecionada a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), IES à qual as autoras desta pesquisa estão vinculadas. A análise proposta pretende responder às seguintes questões de pesquisa:

- **QP1)** Quais dimensões de gênero são impactadas pelas micropolíticas da IES?;
- **QP2)** Quais são as agentes beneficiadas pelas micropolíticas de gênero da IES?;
- **QP3)** Quais são os eixos universitários compreendidos pelas micropolíticas da IES?;
- **QP4)** Quais são os instrumentos institucionais utilizados pelas micropolíticas?; e
- **QP5)** Quais micropolíticas de gênero incorporam perspectivas interseccionais?.

Para identificar as micropolíticas de gênero da IES, foi realizada uma revisão sistemática da literatura cinza [Bonato 2018] dos documentos de políticas institucionais da UFMT. Esta revisão é relatada na Seção 3. Posteriormente, as micropolíticas identificadas foram organizadas com o *template* operacional do *framework* [Carvalho et al. 2026] a partir do qual foi elaborado um modelo de dados do tipo grafo de propriedade (*property graphs*) [Angles 2018] para a realização da análise das micropolíticas e resposta das questões de pesquisa. Tais resultados são apresentados na Seção 4.

De acordo com a Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, esta pesquisa usou tecnologias de inteligência artificial generativa nos seguintes contextos: (i) a ferramenta Consensus foi utilizada como suporte à identificação e organização parcial das referências bibliográficas; (ii) a ferramenta Gemini foi usada para análise preliminar de documentos institucionais e para a identificação de termos-chave na busca de resoluções relacionadas às políticas de gênero; (iii) a ferramenta ChatGPT (GPT 5.5) foi utilizada como apoio à revisão gramatical, organização estrutural e adequação da redação acadêmica do texto. As autoras permaneceram totalmente responsáveis pelo conteúdo científico, pela interpretação dos dados e pela revisão final do manuscrito.

3. Revisão das Micropolíticas Universitárias de Gênero da UFMT

Com o intuito de identificar todas as micropolíticas de gênero da UFMT, IES selecionada como estudo de caso para este trabalho, foi realizada uma revisão sistemática dos documentos de políticas institucionais. A revisão foi realizada a partir de três fontes: 1) o estudo acadêmico relacionado à temática de políticas universitárias de gênero e de liderança da UFMT de Pereira (2025); 2) o sistema público institucional de resoluções da UFMT; e 3) levantamento manual complementar realizado pelas autoras a partir de comunicação institucional e buscas adicionais na *web*.

O processo de revisão sistemática resultou na identificação de 15 micropolíticas de gênero vigentes, conforme dados da Tabela 1, a saber: Resolução CONSEPE nº 20/1995, Resolução CONSUNI nº 04/2006, Resolução CONSUNI nº 01/2011, Resolução CONSEPE nº 96/2013, Resolução CONSUNI nº 19/2016, Resolução Conselho Diretor nº 02/2018, Resolução CONSUNI-UFMT nº 42/2021, Resolução CONSEPE-UFMT nº 197/2021, Regimento do Núcleo de Estudo sobre a Mulher e as Relações de Gênero (NUEPOM), Resolução CONSUNI-UFMT nº 99/2022, Edital de Seleção de Aluno Regular 2026/1 do Programa de Pós-Graduação em Computação Aplicada (PPGCOMP), Resolução CONSUNI-UFMT nº 280/2025, PROPESQ nº 01-N/2025, PROPESQ nº 04-N/2025 e Ofício Circular nº 08/2025-CONSUNI.

Tabela 1. Micropolíticas de gênero mapeadas na UFMT.

Fonte	Total de Micropolíticas	Descartadas ou Duplicadas	Total de Micropolíticas de Gênero
Pereira (2025)	17	9	8
Sistema de Resoluções da UFMT	13	9	4
Comunicação Institucional e Buscas Complementares	3	0	3
TOTAL			15

As 17 micropolíticas identificadas por Pereira (2025) foram analisadas individualmente com o objetivo de verificar sua relação com políticas voltadas às mulheres e às dimensões do *framework*. Durante esse processo, observou-se que muitas resoluções tratavam de temas institucionais mais amplos que envolviam liderança, mas que não estavam diretamente relacionadas à criação de políticas específicas de gênero. Dessa forma, apenas 8 micropolíticas foram selecionadas para o estudo de caso.

Para as buscas no sistema público de resoluções da UFMT, foram utilizadas as *strings*: “diversidade”, “gênero”, “ações afirmativas”, “cota”, “igualdade”, “inclusão”,

“maternidade”, “lactante”, “licença maternidade”, “equidade”, “violência”, “auxílio creche”, “filhos”, “puerpério”, “amamentação”, “gestante”, “gravidez”, “assédio”, “importunação”, “segurança”, “universidade”, “pesquisadora”, “bolsista”, “docente”, “liderança” e “representatividade”, bem como filtros disponíveis no sistema, por meio da busca livre e da seleção da opção “todas as resoluções”, contemplando os órgãos Conselho Diretor, CONSEPE e CONSUNI, sem restrições por número ou ano. Essas buscas resultaram na identificação de 13 documentos relacionados a micropolíticas de gênero, dos quais, excluindo-se as duplicatas, 4 foram selecionados para o estudo.

Durante o processo de revisão sistemática percebeu-se que a identificação de determinadas micropolíticas pode depender de informações que circulam por meio de comunicação interinstitucional ou de iniciativas específicas de diferentes setores da universidade e, conseqüentemente, essas iniciativas nem sempre geram documentos normativos. Esta característica dificulta a localização automatizada das micropolíticas e pode limitar a abrangência do levantamento realizado. Tal fato aconteceu com três micropolíticas identificadas por meio da vivência universitária das autoras do trabalho. Os documentos obtidos por comunicação interinstitucional e buscas complementares na *web* tratavam de relatórios de ouvidoria com o monitoramento de questões de violência de gênero na IES e ofícios relacionados à criação de uma sala de acolhimento para pessoas vítimas de violência institucional, incluindo violências de gênero.

Essas limitações evidenciam que o mapeamento de micropolíticas institucionais não pode depender exclusivamente de mecanismos automatizados de busca em sistemas e páginas institucionais. Muitas iniciativas surgem em diferentes setores da universidade e circulam inicialmente por meio de redes internas de comunicação, editais específicos ou ações de unidades acadêmicas. Nesse sentido, torna-se fundamental a participação da comunidade acadêmica no processo de identificação e alimentação contínua dessas informações, contribuindo para a construção de um repositório mais completo e atualizado das micropolíticas institucionais voltadas à equidade de gênero.

4. Resultados

As 15 micropolíticas de gênero da UFMT, identificadas na revisão sistemática deste estudo de caso, foram estruturadas com a planilha de *template* do *framework* de Carvalho *et al.* (2026). Então, o passo seguinte foi elaborar um modelo de dados do tipo grafo de propriedade para analisar as micropolíticas e responder às questões de pesquisa. O modelo de dados é ilustrado na Figura 2 e representa a micropolítica de gênero relacionada às seguintes entidades:

1. Dimensão de gênero: Corresponde à dimensão de desigualdade de gênero que a micropolítica busca mitigar, sendo categorizada em três dimensões: acesso, permanência e liderança. Essas dimensões representam etapas distintas da trajetória acadêmica e profissional das mulheres na universidade, em um processo fluido.

2. Universidade: Refere-se ao ambiente organizacional no qual a micropolítica é concebida e publicada. Esse componente permite compreender a origem e a governança da política.

3. Eixos universitários: Indicam os domínios institucionais impactados pela micropolítica: ensino, pesquisa, extensão e administração. Essa categorização possibilita

analisar a distribuição das políticas nas diferentes funções da universidade, ainda que, indiretamente, os eixos atuem de forma indissociada.

4. Agentes beneficiadas: Representam os grupos de mulheres diretamente atendidos pelas micropolíticas, tais como mulheres estudantes de graduação e pós-graduação, servidoras técnicas e docentes, e mulheres da comunidade externa.

5. Instrumento: Mecanismo(s) utilizado(s) para implementação da micropolítica pela universidade (ex.: cotas, bolsas, programas).

6. Interseccionalidade: Se há ou não recortes interseccionais contemplados pela micropolítica de gênero e quais são (ex.: raça, etnia, identidade de gênero).

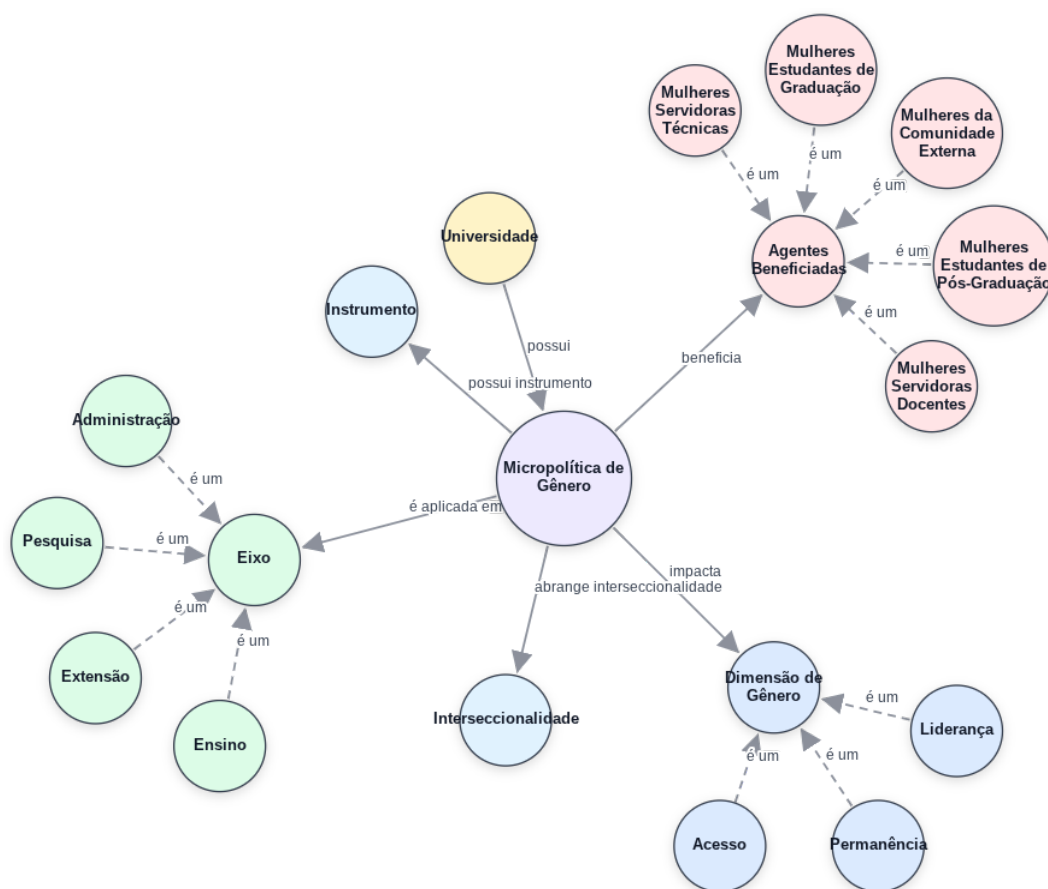


Figura 2. Modelo de Dados para Análise de Micropolíticas de Gênero

Em primeiro lugar, buscando responder à “QP1) Quais dimensões de gênero são impactadas pelas micropolíticas da IES?”, é possível observar pelo grafo da Figura 3 que a maioria das micropolíticas de gênero da IES impacta a dimensão de Permanência (12), sendo que destas, metade impacta simultaneamente a dimensão de Acesso (6). Apenas uma micropolítica impacta a Liderança e outras duas impactam o Acesso.

Com relação à segunda questão “QP2) Quais são as agentes beneficiadas pelas micropolíticas de gênero da IES?”, as estudantes de pós-graduação são as agentes beneficiadas mais contempladas pelas micropolíticas de gênero da UFMT, estando associadas a 12 das 15 micropolíticas. Já as estudantes de graduação e as servidoras

aparecem em 10 políticas cada, enquanto as mulheres da comunidade externa aparecem em 8 políticas.

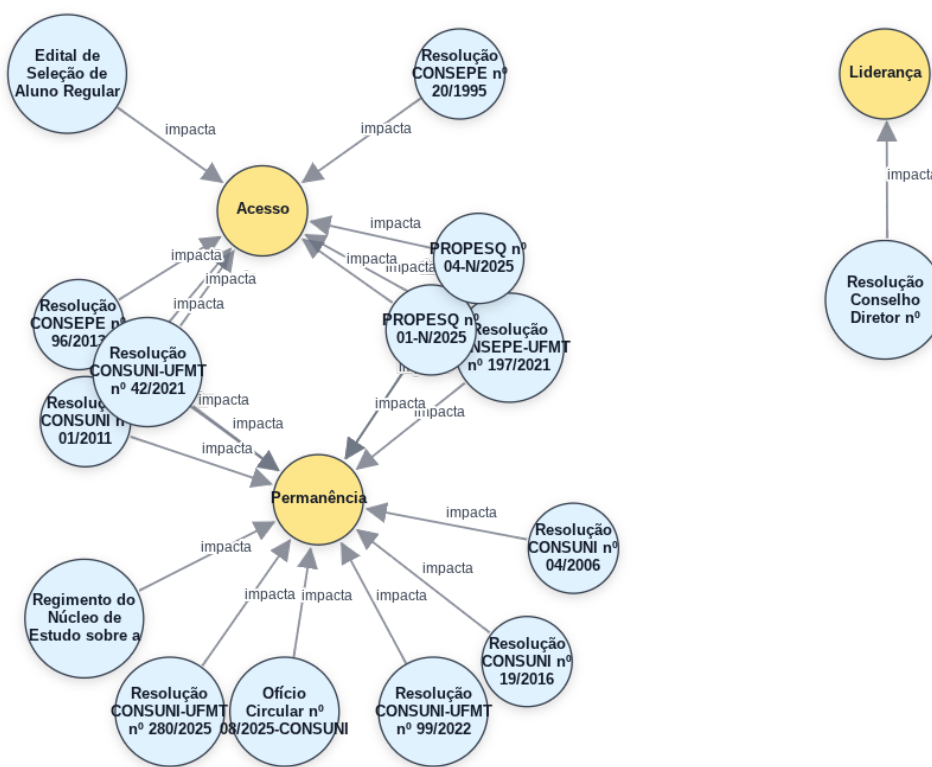


Figura 3. Grafo de dados da QP1

Ao investigar as interseccionalidades abrangidas pelas micropolíticas de gênero na questão “QP5) *Quais micropolíticas de gênero incorporam perspectivas interseccionais?*”, observa-se na Figura 4 que apenas 4 micropolíticas possuem recorte interseccional, sendo 2 destas voltadas para mulheres negras, indígenas, quilombolas e mulheres com deficiência, 3 micropolíticas para mulheres trans e travestis e 1 micropolítica para servidoras em cargos de gestão. Ao analisar os dados da “QP3) *Quais são os eixos universitários compreendidos pelas micropolíticas da IES?*”, o conjunto de dados mostra uma predominância de micropolíticas voltadas aos eixos de Administração e Pesquisa, contabilizando 6 micropolíticas em cada eixo. Esses dados relacionam-se com as agentes beneficiadas na QP2. Enquanto o eixo de Ensino aparece em apenas 4 das micropolíticas e o eixo de Extensão não está associado a nenhuma micropolítica identificada.

Por fim, os resultados da “QP4) *Quais são os instrumentos institucionais utilizados pelas micropolíticas?*” revelam que a regulamentação institucional de núcleo de pesquisa e a reserva de vagas são os instrumentos mais recorrentes nas micropolíticas de gênero, aparecendo em 3 micropolíticas cada, seguidas da criação de curso de especialização com ocorrência em 2 micropolíticas de gênero.

Os resultados obtidos evidenciam o potencial da modelagem proposta para apoiar a organização, visualização e análise sistemática de micropolíticas universitárias de gênero, permitindo identificar padrões, lacunas e relações entre dimensões de impacto, agentes beneficiadas, eixos institucionais e instrumentos normativos.

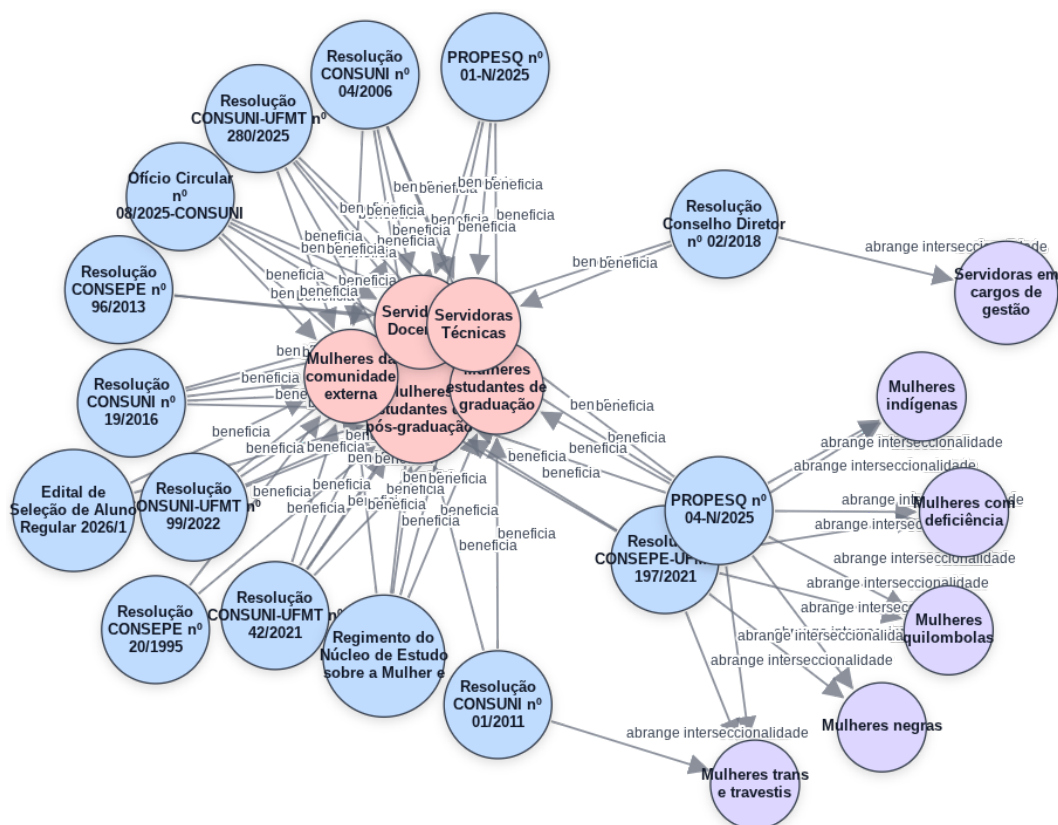


Figura 4. Grafo de dados da QP2 e QP5

Em consonância com os objetivos do *framework* conceitual de Carvalho *et al.* (2026), a representação das micropolíticas em um modelo de dados orientado a grafos favorece a integração e recuperação estruturada dessas informações de forma automatizada, contribuindo para processos de governança orientada por dados, transparência institucional e apoio à tomada de decisão.

Além disso, os resultados do estudo de caso também evidenciam limitações relacionadas à baixa presença de políticas voltadas à liderança feminina, à ausência de micropolíticas associadas ao eixo de extensão e à reduzida incorporação de perspectivas interseccionais, reforçando a necessidade de ampliação e fortalecimento das micropolíticas institucionais de gênero na IES investigada.

Devido às limitações de espaço deste artigo, não foram compartilhados os grafos das questões QP3 e QP4. Entretanto, todos os materiais produzidos nesta pesquisa estão disponíveis na ferramenta de ciência aberta *Open Science Framework* (OSF) no endereço <https://osf.io/xsu37>.

5. Conclusões

Este trabalho apresentou a aplicação do *framework* conceitual de Carvalho *et al.* (2026) na estruturação e análise de micropolíticas universitárias de gênero em um estudo de caso com uma universidade pública brasileira, articulando dimensões de acesso, permanência e liderança aos eixos institucionais de ensino, pesquisa, extensão e administração. O objetivo proposto foi alcançado, uma vez que o *framework* permitiu

identificar, organizar e representar 15 micropolíticas de gênero da UFMT por meio de um modelo de dados orientado a grafos, possibilitando a realização de análises sistemáticas e a resposta às questões de pesquisa definidas no estudo.

Entre as principais contribuições do trabalho, destaca-se a demonstração do potencial do *framework* para apoiar a organização estruturada de micropolíticas institucionais sob a perspectiva do governo digital e da governança orientada por dados. A modelagem proposta favorece a interoperabilidade, a recuperação automatizada de informações e a identificação de padrões e lacunas institucionais relacionados às dimensões de gênero. Além disso, o trabalho contribui para aproximar pesquisas em Computação, políticas públicas, ciência de dados e estudos de gênero, evidenciando como *frameworks* conceituais podem subsidiar soluções computacionais voltadas à transparência institucional e ao apoio à tomada de decisão baseada em evidências.

Os resultados do estudo de caso também evidenciaram limitações importantes. A principal refere-se à dificuldade de recuperação automatizada de determinadas micropolíticas, especialmente aquelas difundidas por comunicação institucional informal ou por iniciativas não plenamente registradas em sistemas oficiais. Além disso, observou-se nos dados da IES a baixa presença de políticas voltadas à liderança feminina, ausência de micropolíticas associadas ao eixo de extensão e reduzida incorporação de perspectivas interseccionais nas micropolíticas identificadas. Essas limitações indicam desafios tanto para a consolidação de políticas institucionais mais abrangentes quanto para a evolução do próprio modelo de representação proposto.

Na área de Computação, *frameworks* conceituais desempenham um papel fundamental ao estruturar problemas complexos, integrar conceitos teóricos e orientar o desenvolvimento de soluções computacionais [Patrício *et al.* 2025]. Estudos recentes indicam que esses *frameworks* permitem organizar e sintetizar conhecimento disperso, explicitar relações entre variáveis e apoiar a formulação e validação de contribuições científicas [Runeson *et al.* 2024]. Além disso, eles atuam como instrumentos para alinhar tecnologias emergentes, como Inteligência Artificial, aos objetivos organizacionais, contribuindo para a tomada de decisão e a governança de sistemas [Fitriani *et al.* 2025, Patrício *et al.* 2025]. No desenvolvimento de sistemas, segundo a ISO/IEC/IEEE 42010:2022, *frameworks* conceituais também promovem padronização, reutilização e automação de processos.

Para além do contexto de políticas de gênero universitárias, o *framework* apresenta potencial de aplicação em diferentes estudos de Computação relacionados à gestão e análise de dados institucionais. Entre essas possibilidades, destacam-se o desenvolvimento de plataformas inteligentes para centralização e recuperação de políticas públicas universitárias, sistemas de apoio à decisão baseados em grafos, aplicações de mineração e extração automática de informações em documentos institucionais por meio de Inteligência Artificial e Processamento de Linguagem Natural, além da construção de repositórios interoperáveis voltados à transparência, governança digital e dados abertos no setor público. O modelo também pode subsidiar pesquisas em ciência de dados governamentais, ontologias organizacionais e sistemas de informação aplicados à administração universitária.

Como trabalhos futuros, destaca-se a avaliação sistemática do *framework* com especialistas, bem como a ampliação da coleta e análise de micropolíticas em diferentes

IES brasileiras, visando fortalecer análises comparativas e a geração de evidências para apoio à decisão institucional. Também se pretende evoluir o modelo para incorporar dimensões interseccionais de forma mais aprofundada e investigar sua integração com ferramentas computacionais automatizadas de análise e visualização de dados institucionais.

Referências

- Almeida, P. G. R. *et al.* (2022) “Trajectories and Challenges for Data Governance Implementation in the Public Sector: A Systematic Review”, In: XLVI Encontro da ANPAD (EnANPAD 2022).
- Álvarez, F., Pérez, F., Ponce, A., Vázquez, A. and Calleros, E. (2025) “The impact of the gender perspective in modern labor policies: a systematic literature review”, *REVISTA DELOS*. <https://doi.org/10.55905/rdelosv18.n65-124>
- Angles, R. (2018) “The property graph database model”. In: Proceedings of the 12th Alberto Mendelzon International Workshop on Foundations of Data Management. Cali, Colombia, May 21-25, 2018.
- Bonato, S. (2018) Searching the grey literature: A handbook for searching reports, working papers, and other unpublished research. Bloomsbury Publishing.
- Bruzzese, M. M. G., Cedréz, M. C. and Aguerre, T. F. (2025) “Examining gender impact on the selection and persistence of STEM careers in a Uruguayan University without access barriers”, *Cogent Education*, 12(1). <https://doi.org/10.1080/2331186X.2025.2533656>
- Carvalho, M. M. S., Batista, G. B. and Ribeiro, K. S. F. M. (2026) “Um Framework Conceitual para a Estruturação de Micropolíticas de Gênero das Universidades Brasileiras”, In: Anais do XVII Women in Information Technology (WIT), Sociedade Brasileira de Computação, p. 124-135. <https://doi.org/10.5753/wit.2023.230764>
- Chang, J. (2026) “Decoding the Gender Gap: Unseen Forces of Inequity in IT”, *Gender, Work & Organization*, 33(2), p. 350–366. <https://doi.org/10.1111/gwao.70042>
- Fitriani, L., Khodra, M. L. and Surendro, K. (2025) “A conceptual framework for AI adoption in business architecture with case studies in higher education and government”, *Discov Artif Intell*, 5, p. 409. <https://doi.org/10.1007/s44163-025-00673-3>
- Hirata, H. and Kergoat, D. (2007) “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”, *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609. <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>
- Kulesa, J., Induru, S., Hubbard, E. and Bhansali, P. (2024) “The Conceptual Framework: A Practical Guide”, *Hosp Pediatr.*, v. 14, n. 11, p. e503-e508. <https://doi.org/10.1542/hpeds.2024-007794>
- Latupeirissa, J. J. P. *et al.* (2024) “Transforming Public Service Delivery: A Comprehensive Review of Digitization Initiatives”, *Sustainability*, 16(7):2818.

<https://doi.org/10.3390/su16072818>

- Louro, G. L. (1997) *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, Vozes.
- Moreira, M., Brito, C., Oliveira, C. and Alves, C. (2018) “Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas”, *Fractal: Revista de Psicologia*. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5545>
- Nascimento, J. (2016) “Políticas públicas e desigualdade de gênero na sociedade brasileira: Considerações sobre os campos do trabalho, da política e da ciência”, *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, 21, p. 317-337. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2016v21n1p317>
- Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD (2025) “Digital government”. URL: <https://www.oecd.org/en/topics/policy-issues/digital-government.html>
- Osakwe, J. (2025) “Data governance in the public sector: Enhancing accountability and service delivery”, *International Journal of Public Administration and Management Research*, 10(1), p. 45–57.
- Patrício, L., Varela, L. and Silveira, Z. (2025) “A Conceptual Framework of the Technological Integration of Industry 4.0 with Sustainability Concepts”, *Sustainability*, v. 17, n. 22, p. 10160. <https://doi.org/10.3390/su172210160>
- Pereira, L. R. R. (2025) *Discursos de gênero e liderança acadêmica na educação superior: apropriações por mulheres na computação*, Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, p. 8-10.
- Perez-Felkner, L. *et al.* (2025) “Computing Education Interventions to Increase Gender Equity from 2000 to 2020: A Systematic Literature Review”, *Review of Educational Research*, 95(3), p. 536–580. <https://doi.org/10.3102/00346543241241536>
- Rapkiewicz, C. *et al.* (2025) “Mulheres Brasileiras na Computação: diversidade, representatividade e inspiração em perspectiva”, In: *Proceedings of the 19th Women in Information Technology (WIT)*, Sociedade Brasileira de Computação, Porto Alegre, p. 752–763. <https://doi.org/10.5753/wit.2025.9002>.
- Runeson, P., Soderberg, E. and Host, M. (2024) “A Conceptual Framework and Recommendations for Open Data and Artifacts in Empirical Software Engineering”, In: *Proceedings of the 1st IEEE/ACM International Workshop on Methodological Issues with Empirical Studies in Software Engineering (WSESE '24)*, Association for Computing Machinery, p. 68-75. <https://doi.org/10.1145/3643664.3648206>
- Sale, J.E., Carlin, L. The reliance on conceptual frameworks in qualitative research – a way forward. *BMC Med Res Methodol* 25, 36 (2025). <https://doi.org/10.1186/s12874-025-02461-0>
- Silva, I. M. and Gonçalves, W. M. C. M. (2025) “A mulher na TI: uma análise do comportamento de sua participação no mercado de trabalho no Brasil para os anos 2020 a 2024”, *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, 6(7). <https://doi.org/10.47820/recima21.v6i7.6654>